



TERMO DE COLABORAÇÃO 002/2026

Termo de Colaboração que entre si celebram o Município de Palestina/SP e a Associação Bem Comum – ABC, para os fins que especifica.

MUNICÍPIO DE PALESTINA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Siqueira Campos, nº 1380, Centro, na cidade de Palestina- SP, inscrito no CNPJ nº 45.149.184/0001-94, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **REINALDO APARECIDO DA CUNHA**, portador do RG nº 12.340.517-8, e do CPF nº 056.924.248-78, residente e domiciliado na Rua João Justo, nº 1276, Centro, nesta cidade de Palestina- SP, doravante denominado **CONCEDENTE**,

E do outro lado:

ASSOCIAÇÃO BEM COMUM - ABC, inscrita no CNPJ nº 35.101.878/0001-06, organização da sociedade civil - OSC, situada à na Rua Antônio Guerino de Lourenço, 651, Vila Clementina, na cidade de São José do Rio Preto – SP, representada neste ato por seu presidente **PAULO CESAR PIRES**, portador do CPF 087.415.268-21, doravante denominada **PROPONENTE**,

RESOLVEM celebrar o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, inexigível a realização de Chamamento Público, consoante a previsão contida no artigo 31, inciso II e 32 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e Lei Municipal nº 2.193, de 10 de fevereiro de 2026, mediante as cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Colaboração tem por objeto a formalização de parceria, em regime de mútua cooperação, entre o Município de Palestina/SP e a Associação Bem Comum – ABC, mediante transferência de recursos financeiros, visando à prestação de serviços de acolhimento institucional, na modalidade Casa Lar, para, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 10 (dez)



crianças e/ou adolescentes de 0 (zero) a 18 (dezoito) anos incompletos que, por determinação judicial, necessitem de acolhimento institucional, com vistas à reintegração à família de origem ou extensa, ou, quando for o caso, à colocação em família substituta, garantindo-se os direitos assegurados na legislação vigente, em conformidade com o Plano de Trabalho, devidamente rubricado pelas partes e integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

2.1. Para alcance do objeto pactuado, os participantes obrigam-se a cumprir o plano de trabalho que, independentemente de transcrição, é parte integrante e indissolúvel do presente Termo de Colaboração, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

3.1. O período de vigência deste Termo de Colaboração será da data de sua assinatura até 31/12/2026, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições previstos no artigo 55, da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

3.1.I - mediante termo aditivo, por solicitação da organização da sociedade civil devidamente fundamentada, formulada, no mínimo 30 (trinta) dias antes do seu término, desde que autorizada pela Administração;

3.1.II - de ofício, por iniciativa da Administração Pública, quando esta der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

3.2. Em função do artigo 7º Lei Municipal nº 2.193, de 10 de fevereiro de 2026, que determinou a retroatividade da norma à data de 01 de janeiro de 2026, este instrumento tem plena eficácia e abrange em sua integridade, ratificando como válidos e sujeitos integralmente aos termos de ajuste, os atos praticados no cumprimento do plano de trabalho praticados pelas partes retroagindo esses efeitos à data de 01 de janeiro de 2026.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Para a execução das atividades previstas neste Termo de Colaboração, serão disponibilizados recursos do Município de Palestina em **12 parcelas iguais no valor de R\$ 15.750,00 (quinze mil, setecentos e cinquenta reais),**



totalizando ao final de dezembro, o montante anual de R\$ 189.000,00 (cento e oitenta e nove mil reais).

4.2. A disponibilização dos recursos que serão repassados a Associação Bem Comum, será definida conforme a dotação orçamentária e a origem da fonte de recurso no orçamento municipal e, preferencialmente, serão destinadas à cobertura de despesas de custeio, presente no plano de trabalho, conforme determinado pelos artigos 4º e 5º da Lei Municipal nº 2.193/2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
02- EXECUTIVO
020600 – Fundo Municipal de Assistência Social
08.244.004.2011 – Manutenção do Fundo Assistência Social
3.33.50.43.00 – Termo de Colaboração R\$ 189.000,00

4.3. A fonte de recurso para os repasses municipais, serão provenientes conforme o art. 5º da Lei Municipal nº 2.195/2026:

FONTE DE RECURSO
01 – Tesouro Municipal

4.4. Não haverá contrapartida financeira por parte da Organização da Sociedade Civil.

CLÁUSULA QUINTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1. A liberação do recurso financeiro se dará 12 (doze) parcelas iguais, ficando a liberação condicionada, ainda, ao cumprimento dos requisitos previstos no artigo 48, da Lei 13.019, de 2014.

5.2. As parcelas dos recursos financeiros ficarão retidas até o saneamento das improbidades ou irregularidades detectadas nos seguintes casos, conforme art. 48 da Lei 13.019 de 2014:

5.2.I - Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

5.2.II - Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Colaboração;

5.2.III - Quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.



5.3. A verificação das hipóteses de retenção previstas no parágrafo primeiro ocorrerá por meio de ações de monitoramento e avaliação, incluindo:

5.3.I - a verificação da existência de denúncias aceitas;

5.3.II - a análise das prestações de contas mensais, quadrimestrais e anuais, definidas neste Termo;

5.3.III - as medidas adotadas para atender a eventuais recomendações existentes dos órgãos de controle interno e externo;

5.3.IV - a consulta aos cadastros e sistemas federais que permitam aferir a regularidade da parceria.

CLÁUSULA SEXTA - DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

6.1. Os recursos referentes ao presente Termo de Colaboração serão disponibilizados à entidade por meio de transferência à conta corrente indicada no plano de trabalho.

6.2. Os recursos depositados na conta bancária de titularidade da Organização Social e específica para movimentação dos recursos deste Termo de Colaboração, serão aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida, enquanto não empregados na sua finalidade.

6.3. Os rendimentos auferidos das aplicações financeiras poderão ser aplicados no objeto deste instrumento desde que haja solicitação fundamentada da Associação Bem Comum - ABC e autorização da Administração Pública, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

6.4. Os recursos da parceria geridos pela Associação Bem Comum - ABC estão vinculados ao Plano de Trabalho e não caracterizam receita própria e nem pagamento por prestação de serviços e devem ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

6.5. Toda a movimentação de recursos será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA ASSOCIAÇÃO BEM COMUM - ABC



7.1. O presente Termo de Colaboração deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução ou execução parcial, sendo vedado à entidade utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria.

7.2. Além das obrigações na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe a Administração Pública cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

7.2.I - promover o repasse dos recursos financeiros obedecendo ao Cronograma de Desembolso constante do plano de trabalho;

7.2.II - prestar o apoio necessário e indispensável à entidade para que seja alcançado o objeto do Termo de Colaboração em toda a sua extensão e no tempo devido;

7.2.III - monitorar e avaliar a execução do objeto deste Termo de Colaboração, por meio de análise das informações acerca da prestação de contas, diligências e visitas in loco, quando necessário, zelando pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados;

7.2.IV - comunicar à entidade quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras improbidades de ordem técnica ou legal, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;

7.2.V - analisar os relatórios técnicos de prestação de contas e monitoramento e avaliação;

7.2.VI - receber, propor, analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Termo de Colaboração;

7.2.VII - instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA;

7.2.VIII - designar o gestor da parceria, que ficara responsável pelas obrigações previstas no art. 61, da Lei nº 13.019/2014, e pelas demais atribuições constantes na legislação;

7.2.IX - retomar os bens públicos em poder da entidade na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais a população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei nº 13.019/2014;



7.2.X - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades, nos termos do artigo 62, II, da Lei nº 13.019/2014;

7.2.XI - reter a liberação dos recursos quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida, ou quando a entidade deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela Administração Pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo, comunicando o fato à entidade e fixando-lhe o prazo de até 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, nos termos do art. 48 da Lei nº 13.019/2014;

7.2.XII - prorrogar de "ofício" a vigência do Termo de Colaboração, antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, nos termos do art. 55, parágrafo único, da Lei nº 13.019, de 2014;

7.2.XIII - publicar, no Diário Oficial Municipal, extrato do Termo de Colaboração;

7.2.XIV - manter, em seu site oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento, nos termos do art. 10, da Lei 13.019/2014;

7.2.XV - exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;

7.2.XVI - informar à entidade os atos normativos e orientações da Administração Pública que interessem à execução do presente Termo de Colaboração;

7.2.XVII - analisar e decidir sobre a prestação de contas dos recursos aplicados na consecução do objeto do presente Termo de Colaboração;

7.2.XVIII - aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar Tomada de Contas Especial, quando for o caso;

7.3. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe à Organização de Sociedade Civil cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:



7.3.I - executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas deste termo, a legislação pertinente e o plano de trabalho aprovado pela Administração Pública, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Colaboração, observado o disposto na Lei nº 13.019/2014;

7.3.II - zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;

7.3.III - garantir o cumprimento da contrapartida em bens e serviços conforme estabelecida no plano de trabalho, se for o caso;

7.3.IV - manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo de Colaboração em conta bancária específica, inclusive os resultados de eventual aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do plano de trabalho, exclusivamente no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

7.3.V - não utilizar os recursos recebidos nas despesas vedadas pelo art. 45 da Lei nº 13.019/2014;

7.3.VI - apresentar Relatório de Execução do Objeto de acordo com o estabelecido nos artigos 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014;

7.3.VII - executar o plano de trabalho aprovado, bem como aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;

7.3.VIII - prestar contas à Administração Pública, nos moldes e periodicidade determinados;

7.3.IX - responsabilizar-se pela contratação e pagamento do pessoal que vier a ser necessário à execução do plano de trabalho, conforme disposto no inciso VI do art. 11, inciso I, e § 3º do art. 46 da Lei nº 13.019/2014, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o instrumento;

7.3.X - permitir o livre acesso do gestor da parceria, membros do Conselho de Política Pública da área quando houver, da Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA e servidores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, do Tribunal de Contas, do Ministério Público e do Juizado da Infância e Adolescência, a todos os documentos relativos à execução do objeto do Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução do projeto, permitindo o acompanhamento *in loco* e prestando todas e quaisquer informações solicitadas;



7.3.XI - quanto aos bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Termo de Colaboração:

7.3.XI.a) Utilizar bens materiais e/ou equipamentos em conformidade com o objeto pactuado;

7.3.XI.b) Garantir sua guarda e manutenção;

7.3.XI.c) Comunicar imediatamente à Administração Pública qualquer dano que os bens vierem a sofrer;

7.3.XI.d) Arcar com todas as despesas referentes a transportes, guarda, conservação, manutenção e recuperação dos bens;

7.3.XI.e) Em caso de furto ou de roubo, levar o fato, por escrito, mediante protocolo, ao conhecimento da autoridade policial competente, enviando cópia da ocorrência à Administração Pública, além da proposta para reposição do bem, de competência da entidade;

7.3.XI.f) Durante a vigência do Termo de Colaboração, somente movimentar os bens para fora da área inicialmente destinada à sua instalação ou utilização mediante expressa autorização da Administração Pública e prévio procedimento de controle patrimonial;

7.3.XII - por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do ajuste, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública, conforme art. 52 da Lei nº 13.019/2014;

7.3.XIII - manter, durante a execução da parceria, as mesmas condições exigidas nos artigos 33 e 34 da Lei nº 13.019/2014 para celebração das parcerias previstas nesta lei;

7.3.XIV - manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Colaboração, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei nº 13.019/2014;

7.3.XV - garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;

7.3.XVI - observar, nas compras e contratações de bens e serviços e na realização de despesas e pagamentos com recursos transferidos pela Administração Pública, os princípios que regem a administração pública;



7.3.XVII – incluir no sistema disponibilizado online, as prestações de contas.

7.3.XVIII – observar o disposto no art. 48, da Lei 13.019, para o recebimento de cada parcela dos recursos financeiros;

7.3.XIX – comunicar à Administração Pública suas alterações estatutárias, após o registro em cartório;

7.3.XX – divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a administração pública conforme art. 11, inciso I a VI, da Lei Federal nº 13.019/2014;

7.3.XXI – submeter previamente à Administração Pública qualquer proposta de alteração do plano de trabalho, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

7.3.XXII – responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que disser respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, nos termos do art. 42, inciso XIX, da Lei nº 13.019/2014;

7.3.XXIII – responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de Colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução, nos termos do art. 42, inciso XX, da Lei nº 13.019/2014;

7.3.XXIV – assumir as responsabilidades por eventuais danos materiais ou morais causados ao Município e a terceiros, em decorrência de sua ação ou omissão no desenvolvimento do Serviço, sem nenhuma responsabilidade da CONCEDENTE.

CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO

8.1. Este Termo de Colaboração poderá ser alterado ou ter modificações no Plano de Trabalho, em comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada por meio de termo aditivo ou por apostila ao plano de trabalho original, observado o disposto no artigo 57 da Lei nº. 13.019/2014.



8.2. Os ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o plano de trabalho, desde que submetidos pela entidade e aprovados previamente pela autoridade competente.

CLÁUSULA NONA - DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

9.1. A entidade adotara métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos pela Administração Pública, observado o devido respeito aos princípios norteadores da administração pública e os procedimentos determinados no regimento interno de compras e contratações.

9.2. Para fins de comprovação das despesas, a entidade deverá obter de seus fornecedores prestadores de serviços, notas fiscais, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, e deverá manter a guarda dos documentos originais pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação de contas.

9.3. As notas fiscais apresentadas como comprovação de utilização de recursos deverão referir expressamente, no corpo de seu texto ou por meio de carimbo, a origem dos recursos, o número do termo de colaboração, a lei autorizadora e o nome do Município de Palestina.

9.4. Na gestão financeira, a Organização da Sociedade Civil poderá:

9.4.I - pagar despesa em data posterior ao término da execução do termo de colaboração, mas somente quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;

9.4.II - incluir, dentre a Equipe de Trabalho contratada, pessoas pertencentes ao quadro da organização da sociedade civil, inclusive os dirigentes, desde que exerçam ação prevista no plano de trabalho aprovado, nos termos da legislação cível e trabalhista.

9.5. É vedado a Associação Bem Comum - ABC:

9.5.I - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público municipal com recursos vinculados a parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica;

9.5.II - contratar, para prestação de serviços, servidor ou empregado público municipal, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, do Município de Palestina, ou seu cônjuge, companheiro ou parente



em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica;

9.5.III - pagar despesa cujo fato gerador tenha ocorrido em data anterior a entrada em vigor deste instrumento, salvo se tratar de serviço em que não haja interrupção, por expresse interesse público na sua continuidade, caso em que será permitido o pagamento referente ao período, dentro do exercício, até o máximo de dois meses, não abrangido pelo Termo de Colaboração, devendo haver expressa justificativa em tal sentido.

CLAUSULA DÉCIMA - DO MONITORAMENTO

10.1. A execução do objeto da parceria será acompanhada pela Administração Pública por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria.

10.2. As ações de monitoramento e avaliação contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria, incluída a possibilidade de consulta as movimentações da conta bancária específica da parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionada a parceria.

10.3. No exercício das ações de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria, a Administração Pública:

10.3.I - designará o administrador público: agente público revestido de competência para assinar o termo de colaboração com entidade para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, ainda que delegue essa competência a terceiros (art. 2º, inciso V, da Lei nº. 13.019/2014);

10.3.II - designará a comissão de monitoramento e avaliação, órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar a parceria, constituído por ato específico publicado em meio oficial de comunicação (art. 2º, inciso XI, da Lei nº 13.019/2014);

10.3.III - emitirá relatório(s) técnico(s) de monitoramento e avaliação, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução da presente parceria, para fins de análise da prestação de contas anual, quando for o caso (art. 59, da Lei nº. 13.019/2017);

10.3.IV - realizará visita técnica *in loco* para subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas;



10.3.V - realizará, sempre que possível, nas parcerias com vigência superior a 1 (um) ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizara os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas (art. 58, § 2º, da Lei nº 13.019/2014);

10.3.VI - examinará o(s) relatório(s) de execução do objeto e, quando for o caso, o(s) relatório(s) de execução financeira apresentado(s) pela entidade, na forma e prazos previstos na legislação vigente e neste instrumento (art. 66, caput, da Lei nº 13.019/2014);

10.3.VII - poderá valer-se do apoio técnico de terceiros para promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria (art. 58, § 1º, da Lei nº 13.019/2014);

10.3.VIII - poderá delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos (art. 58, § 1º, da Lei nº 13.019/2014);

10.3.IX - poderá utilizar ferramentas tecnológicas de verificação do alcance de resultados, incluídas as redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos de tecnologia da informação.

10.4. Observado o disposto no art. 35, inciso V, da Lei nº 13.019/2014, a Administração Pública designara servidor público que atuará como gestor da parceria e ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 daquela Lei e pelas demais atribuições constantes na legislação regente. Dentre outras obrigações, o(a) presidente é o(a) responsável pela emissão do parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final.

10.5. A comissão de monitoramento e avaliação de que trata art. 35, inciso V, da Lei nº 13.019/2014, é a instância administrativa colegiada responsável pelo monitoramento do conjunto de parcerias, pela proposta de aprimoramento dos procedimentos, pela padronização de objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação e a homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.

10.6. A comissão se reunirá periodicamente a fim de avaliar a execução das parcerias por meio da análise das ações de monitoramento e avaliação previstas nesta Cláusula, podendo solicitar assessoramento técnico de especialistas que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos.



10.7. A comissão de monitoramento e avaliação deverá ser constituída por pelo menos 1 (um) servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública.

10.8. No caso de parceria financiada com recursos de fundo específico, o monitoramento e a avaliação serão realizados pelo respectivo conselho gestor (art. 59, § 2º, da Lei nº 13.019/2014). Nesta hipótese, o monitoramento e a avaliação da parceria poderão ser realizados por comissão de monitoramento e avaliação a ser constituída pelo respectivo conselho gestor, conforme legislação específica, respeitadas as exigências da Lei nº 13.019/2014.

10.9. O relatório técnico de monitoramento e avaliação deverá conter elementos dispostos no § 1º do artigo 59 da Lei nº 13.019/2014, e o parecer técnico de análise da prestação de contas anual, e será submetido à comissão de monitoramento e avaliação, que detém a competência para avaliá-lo e homologá-lo.

10.10. A visita técnica *in loco*, de que trata art. 66, não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria realizadas pela Administração Pública Federal, pelos órgãos de controle interno e pelo Tribunal de Contas da União.

10.11. Sempre que houver a visita, o resultado será circunstanciado em relatório de visita técnica *in loco*, que será registrado nos autos do processo administrativo e enviado à entidade para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério da Administração Pública Federal. O relatório de visita técnica *in loco* deverá ser considerado na análise da prestação de contas (art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 13.019/2014).

10.12. A pesquisa de satisfação, e que trata art. 58, do parágrafo segundo, terá por base critérios objetivos de apuração da satisfação dos beneficiários e de apuração da possibilidade de melhorias das ações desenvolvidas pela entidade, visando a contribuir com o cumprimento dos objetivos pactuados e com a reorientação e o ajuste das metas e das ações definidas. A pesquisa poderá ser realizada diretamente pela administração pública, com a metodologia presencial ou a distância, com apoio de terceiros, por delegação de competência ou por meio de parcerias com órgãos ou entidades aptas a auxiliar na realização da pesquisa.

10.13. Sempre que houver pesquisa de satisfação, a sistematização será circunstanciada em documento que será enviado à entidade para conhecimento, esclarecimentos e eventuais providências. A organização de sociedade civil poderá opinar sobre o conteúdo do questionário que será aplicado.



10.14. Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria está sujeita aos mecanismos de controle social previstos na legislação específica (art. 60 da Lei nº 13.019/2014).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

11.1. O presente Termo de Colaboração poderá ser:

11.1.I. extinto por decurso do prazo;

11.1.II. extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;

11.1.III. denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

11.1.III.a) Descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;

11.1.III.b) Omissão no dever de prestação de contas anual, nas parcerias com vigência superior a um ano, sem prejuízo do disposto no § 2º do artigo 70 da Lei nº 13.019/2014;

11.1.III.c) Violação da legislação aplicável;

11.1.III.d) Cometimento de falhas reiteradas na execução;

11.1.III.e) Malversação de recursos públicos;

11.1.III.f) Constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;

11.1.III.g) Não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;

11.1.III.h) Descumprimento das condições que caracterizam a parceria privada como Organização da Sociedade Civil (art. 2º, inciso I, da Lei nº 13.019/2014);

11.1.III.i) Paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;

11.1.III.j) Outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

11. 2. A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.



11.3. Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, com prazo de defesa de 10 (dez) dias úteis da abertura de vista do processo.

11.4. Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje danos ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados às irregularidades não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela administração pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

12.1. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Colaboração, a entidade deverá restituir os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

12.2. Os débitos a serem restituídos pela organização de sociedade civil serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros calculados pela variação do mês.

12.3. Os débitos a serem restituídos pela entidade observarão juros do Código Civil, e a atualização monetária o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acumulada mensalmente.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DOS BENS REMANESCENTES

13.1. Os bens patrimoniais adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos repassados pela Administração Pública são da titularidade da entidade e ficarão afetados ao objeto da presente parceria durante o prazo de sua duração, sendo considerados bens remanescentes ao seu término, dispensada a celebração de instrumento específico para esta finalidade.

13.2. Os bens patrimoniais de que trata o caput deverão ser gravados com cláusula de inalienabilidade enquanto viger a parceria, sendo que, na hipótese de extinção da entidade durante a vigência do presente instrumento, a propriedade de tais bens será transferida à Administração Pública, formalizando-se a promessa de transferência da propriedade de que trata o § 5º do art. 35 da Lei nº 13.019, de 2014.



13.3. Quando da extinção da parceria, os bens remanescentes permanecerão na propriedade da entidade, na medida em que os bens serão úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela organização.

13.4. Caso a prestação de contas final seja rejeitada, a titularidade dos bens remanescentes permanecerá com a entidade, observados os seguintes procedimentos:

13.4.I. não será exigido ressarcimento do valor relativo ao bem adquirido quando a motivação da rejeição não estiver relacionada ao seu uso ou aquisição; ou

13.4. II. o valor pelo qual o bem remanescente foi adquirido deverá ser computado no cálculo do dano ao erário a ser ressarcido, quando a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição.

13.5. Na hipótese de dissolução da entidade durante a vigência da parceria, o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos deverá ser computado no cálculo do valor a ser ressarcido.

13.6. A entidade poderá realizar doação dos bens remanescentes a terceiros, inclusive beneficiários da política pública objeto da parceria, desde que demonstrada sua utilidade para realização ou continuidade de ações de interesse social.

13.7. Os bens remanescentes poderão ter sua propriedade revertida para o órgão ou entidade pública municipal, a critério da Administração Pública, se ao término da parceria ficar constatado que a entidade não terá condições de dar continuidade à execução de ações de interesse social e a transferência da propriedade for necessária para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria, seja pela execução direta do objeto pela Administração Pública Municipal.

CLAUSULA DECIMA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL

14.1. A entidade prestará contas de boa e regular aplicação dos recursos recebidos, por meio do portal online disponibilizado pela Administração Pública; observando-se as regras previstas nos artigos. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014, além das cláusulas constantes deste instrumento e do plano de trabalho.

14.2. O **Relatório Final de Execução do Objeto**, que deverá ser **apresentado até 31 de janeiro do exercício seguinte**, conterá:



14.2.I. comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;

14.2. II. extrato da conta bancária específica onde os recursos foram movimentados;

14.2. III. conciliação bancária final da conta de movimentação dos recursos, e da conta aplicação se houver;

14.2. IV. cópia do Balanço Patrimonial (BP), da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e do Balancete Analítico acumulado da OSC referente ao exercício encerrado, identificando separadamente a contabilização dos recursos recebidos, assinados pelo contador responsável;

14.2.V. certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade - CRC, comprovando a habilitação profissional dos responsáveis por balanços e demonstrações contábeis;

14.2.VI. na hipótese de aquisição de bens móveis e/ou imóveis com os recursos recebidos, prova da realização do respectivo registro contábil;

14.2.VII. certidão contendo os nomes e CPFs dos dirigentes e conselheiros da entidade, forma de remuneração, períodos de atuação com destaque para o dirigente responsável pela administração dos recursos recebidos a conta do termo de colaboração.

14.2. VIII. certidão referente à regularidade dos recolhimentos de encargos trabalhistas no período de execução da parceria;

14.2. IX. demais declarações atualizadas que se mostrarem necessárias.

14.3. A análise de prestação de contas final pela Administração Pública será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo emitido pelo gestor da parceria, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no plano de trabalho, e considerará:

14.3. I. Relatório Final de Execução do Objeto;

14.3. II. Os relatórios parciais de execução do objeto, para parcerias com duração superior a um ano;

14.3. III. relatório de visita técnica *in loco*, quando houver; e

14.3. IV. relatório técnico de monitoramento e avaliação, quando houver.

14.4. Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico conclusivo, avaliará a eficácia e efetividade das ações realizadas.



14.5. A análise do Relatório Final de Execução Financeira será feita pela Administração Pública e contemplará:

14.5. I. o exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens, conforme aprovado no plano de trabalho;

14.5. II. a verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria.

14.6. As análises e decisões quanto à prestação de contas observarão as determinações da Lei nº 13.019/2014.

14.7. O transcurso do prazo previsto e de sua eventual prorrogação, sem que as contas tenham sido apreciadas não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos, em conformidade com o artigo 71, parágrafo 4º, inciso I da Lei nº 13.019/2014.

14.8. A entidade deverá manter a guarda dos documentos originais relativos à execução da parceria pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

CLAUSULA DECIMA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública federal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à entidade a suspensão dos pagamentos dos valores deste Termo.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA - DA DIVULGAÇÃO

16.1. Em razão do presente Termo de Colaboração, a entidade se obriga a mencionar em todos os seus atos de promoção e divulgação do projeto, objeto desta parceria junto ao seu site oficial (se houver), perfis em redes sociais e em sua unidade física.

16.2. A publicidade de todos os atos derivados do presente Termo de Colaboração deverá ter caráter exclusivamente educativo, informativo ou de



orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA DECIMA SETIMA - DA PUBLICAÇÃO

17.1. A eficácia do presente Termo de Colaboração ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação ou redução de execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no meio oficial de publicidade.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

18.1. I. as comunicações relativas a este Termo de Colaboração serão remetidas por correspondência ou meio eletrônico oficial e serão consideradas regularmente efetuadas quando acusado o recebimento, físico ou virtual;

18.1. II. as mensagens e documentos, resultantes da transmissão por meio eletrônico, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias uteis; e

18.1. III. as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Colaboração, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados

18.2. Fica nomeado como Gestor do Termo de Colaboração, por parte do Município, o Sr. Reinaldo Aparecido da Cunha.

18.3. Fica responsável pelo presente Termo de Colaboração, por parte da entidade, o Sr. Paulo Cesar Pires.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Palestina, Estado de São Paulo, para dirimir eventuais dúvidas e litígios resultantes deste Termo de Colaboração.

19.3. E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e



forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Palestina- SP, 20 de fevereiro de 2026.

REINALDO APARECIDO DA CUNHA
Prefeito Municipal

PAULO CESAR PIRES
Presidente – Associação Bem Comum - ABC

Testemunhas:

NOME: ALLISON CALIXTO DE FREITAS
CPF: 420.928.088-77

NOME: JOYCE DA SILVA ROCHA
CPF: 314.088.878-35